

Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa (conferência inaugural)

Pedro DIAS

O conhecimento é uma realidade dinâmica, constantemente em mudança e sujeita a formulação de hipóteses, – nunca a afirmações peremptórias ou dogmas – construída por aqueles que têm por profissão, ou por profissão e por gosto, em simultâneo, desvendar a realidade na sua multifacetada aparência, e ainda mais complexa essência.

A História da Arte, área do Saber de autonomização relativamente recente, enfrenta os problemas de todas as ciências jovens, com hesitações metodológicas, relacionamentos com outras afins ou próximas mal definidos, o que, no seu conjunto, podemos considerar, por analogia com a vida do Homem, uma simples questão de imaturidade, que o tempo se encarregará de superar.

Durante algumas décadas, os pioneiros da História da Arte Portuguesa e os pioneiros da História da Arte Brasileira trabalharam isoladamente, sem contactos entre si, sem a consideração do que é essencial no objecto primeiro das matérias que estudavam, como se o Brasil das capitanias, o Brasil colónia ou o Brasil reino-unido nada tivesse a ver com este recanto da Europa, esta faixa atlântica, Reino, como então se dizia, idiossincrático para o olhar dos europeus, troféu apetecido para o Trono de Castela, desprezado pelos senhores do Centro e do Norte da Europa, desejado pelos mercadores holandeses, italianos e alemães, e teimosamente independente, com os olhos sempre fixos, no mais além do que o horizonte.

Na verdade, a História de Portugal é um rosário de contradições e de impossibilidades, sempre e surpreendentemente ultrapassadas, e uma dessas impossibilidades foi a “invenção do Brasil”.

Não nos interessa, agora, saber se a Corte de Lisboa conhecia ou não a América do Sul, antes da viagem fundadora de Cabral, pois o certo é que Vera Cruz, a terra dos papagaios e do pau tinteiro, não se juntou aos Velhos Mundos, nesse dia de Abril de 1500, mas quando o Rei Venturoso o anunciou e descreveu, ao Papa, aos monarcas de toda a Europa, aos intelectuais das Universidades e das comunidades monásticas e catedralícias, e aos letrados e pensadores que viviam junto dos príncipes, que lhes garantiam o sustento. E sublinhamos “invenção”, pois o que os europeus passaram a conhecer não foi a realidade do chão dos tupi-nambás e a sua sociedade, mas aquilo que os olhos dos portugueses filtraram, com os condicionalismos que o fortíssimo etnocentrismo, então vivido, a todos impunha.

Durante trezentos e vinte e dois anos, paulatinamente, a partir de Lisboa, e num interregno de algumas décadas, de Lisboa e Madrid, foi criada uma teia de relacionamentos políticos, económicos e culturais, que enformaram o emergente Estado brasileiro dos alvares de Oitocentos.

De uma situação de descontinuidade de povoamento, da atomização de grupos humanos isolados e vivendo num patamar evolutivo idêntico ao que a Europa e a Ásia conheceram dezenas de milhares de anos antes, a nova Nação, com uma língua oficial e veicular unificadora, com fronteiras bem definidas e bem defendidas, bem conhecidas, o que então era raro, com boas vias de comunicação, com uma agricultura e um comércio prósperos, e até uma indústria a desabrochar, surgiu como uma potência regional, indiscutivelmente, a mais poderosa de todo o Continente Americano.

A presença da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro mostrou, e ainda hoje é prova, que o Brasil era parte integrante e, desde o início do século XVIII, o motor de um Estado descontinuo territorialmente, mas uno no plano institucional e político, e assim reconhecido, em todo o Mundo, da Corte dos Qing do Império do Meio, a Madrid, Londres, Paris, São Petersburgo e Washington e, naturalmente, em Roma.

Porém, as circunstâncias políticas do início da década de vinte de Oitocentos, com a crise institucional, em Lisboa, e o anti-brasileirismo das Cortes Constituintes, defensoras de um claro projecto recolonizador; com as sucessivas independências das colónias espanholas da América; e com o legítimo desejo dos muitos luso-descendentes, particularmente dos “conimbricenses”, a começar por José Bonifácio de Andrade e Silva, que constituíam o mais coeso grupo de conselheiros de D. Pedro IV, de uma plena autonomia relativamente ao Reino; e o nunca esquecido amor desse monarca ao seu ricão tropical, levaram à Declaração de Independência, quase de imediato aceite pelo remanescente do Império Português. Em 1825, já Lisboa e o Rio de Janeiro se tratavam de igual para igual, e as feridas estavam saradas.

A História da Arte não é um saber isolado, que possa prescindir da interdisciplinaridade, mas antes é profundamente devedora a sub-disciplinas históricas, como a Religiosa, a Económica, a Social, a Cultural, a Institucional, a Política, e também a outras áreas, à Antropologia, à Geografia, à Climatologia, à História das Técnicas, e, no caso de territórios separados por mares, à Hidrografia, à Astronomia, à Construção Naval, etc., etc.

Antes de dissertar sobre um edifício, mosteiro, câmara ou palácio, cidade, vila ou lugar, escultura, altar, pintura, baixela ou alfaia preciosa, temos que perceber porque razão esta ou aquela zona do território se destacou, em dado momento, em detrimento de outras; porque é que certos bairros ou urbes ganharam a forma com que chegaram aos nossos dias, ou a épocas recentes; qual a justificação, para a colocação, em determinados pontos, dos dispositivos de defesa, pequenos fortes, muralhas ou fortalezas complexas, porque é que esta ou aquela igreja ou capela foi tamanhamente enriquecida. A verdade é que não é possível perceber a produção artística sem ligar a evolução humana, as fases de expansão e as de retracção demográfica, os ciclos económicos, o pulsar da cidade e do campo, o estado das relações diplomáticas com o crescimento ou com a estagnação da construção e da urbanização, da decoração de templos e palácios.

Há muito, que aprendemos que as manifestações artísticas, populares ou eruditas, não nascem e crescem do nada. Fazer ou tentar fazer História da Arte, apenas com preocupações formalistas, pode ser um notável e estimulante exercício de inteligência, mas os resultados nada acrescentaram ao conhecimento do Passado, ou seja à própria História. A simples descrição, a análise, por mais penetrante que seja, a consideração da qualidade ou a falta dela numa obra, tendo por base matrizes e escalas de valor que são sempre circunstanciais e que, ciclicamente, o tempo se encarrega de alterar, não podem constituir a essência da actividade dos profissionais da História da Arte.

No nosso ofício, temos que abrir o leque de preocupações, necessitamos de prestar atenção contínua a todo o entorno da produção artística. Mesmo quando estamos em presença de um simples artefacto executado por um homem num estágio de evolução tecnológica primário e pertencente a uma comunidade dita “primitiva”, há que considerar todos os elementos que confluíram para o acto em si da produção e da forma obtida. Nada, absolutamente nada é fruto do acaso, nada independe das circunstâncias.

E vem tudo isto a propósito de quê? Exactamente da necessidade de considerar a Arte de Portugal, do velho Reino, e do Brasil, num contexto amplo, num complexo geográfico e temporal, a um tempo sincrónico e descontínuo, e outro, diacrónico. No início de Quinhentos, ainda quase nada se sabia do Brasil, logo D. Manuel I mandava aplicar uma parte dos lucros futuros, na construção do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, na Praia da Aventura. Como seria diferente Portugal se não tivesse consumado a sua epopeia ultramarina. As nossas vilas e cidades ribeirinhas não se tinham enchido de casas com portas e janelas decoradas, não teriam enriquecido as Misericórdias, não haveria tanta capela-funerária ricamente ornamentada, de fidalgos mercadores nobilitados, o rei não patrocinaria tanta capela-mor de igrejas conventuais e monásticas, de paróquias ou das ordens militares de que era padroeiro. Não se encheriam os arcazes das sacristias com custórias, navetas, turibulos e cruzes de prata dourada, ou mesmo de ouro, fruto de doações pias de gente enriquecida com o comércio ultramarino ou com a venda de produtos exóticos à Europa do Norte e à Europa Mediterrânica, não se revestiriam altares e púlpitos com panos de seda bordados da China, não pisariam os sacerdotes e senhores os moles tapetes da Pérsia e da Índia, não refulgiriam os diamantes e rubis de Ceilão, nas coroas de tanta imagem de Nossa Senhora, oferecidas em acção de graças pela boa fortuna e salvação do corpo, durante a viagem. E que dizer do quinto das Minas Gerais, que possibilitou as empresas régias. Que pobres seriam Viana, Braga, Barcelos, o Porto ou Lamego sem os cabedais arrecadados nas Índias ou no Novo Mundo.

Mas, para além da importantíssima questão económica, há que considerar o gosto pelo exótico, o que se, nos países do Centro da Europa, ficou reservado aos príncipes, entre nós, democratizou-se e foi comum mesmo junto do povo miúdo. O fâcies do Portugal de hoje é ainda muito devedor aos proventos dos Descobrimentos e da Expansão Marítima, e ao gosto por tudo o que era diferente e novidade. Mas, em sentido inverso, e contra a vontade do “Velho do Restelo”, também os portugueses moldaram grandes pedaços de Mundo, numa acção antrópica de alteração da paisagem, sem paralelo, até meados do século XIX.

O que ainda hoje se pode ver, no Brasil, anterior a 1822, e o tanto outro que desapareceu, foi resultado da presença portuguesa. Este imenso país desenvolveu-se e cresceu graças à chegada, instalação e permanência de portugueses e dos luso-descendentes, e de gente de tantas outras regiões, que para lá levámos, ou foram, por si, na nossa esteira, ou mesmo contra nós, passando de um território quase deserto a um país densamente povoado, que está hoje entre as dez maiores potências económicas do Mundo.

É indiscutível que, mesmo que não nos tivessemos instalado na Terra de Vera Cruz, nos alvares do século XVI, e permanecido, até 1822, a região se teria desenvolvido, mas seria, obviamente, bem diferente do que é hoje. É essa diferença, que temos vindo a tentar definir, ao longo dos últimos anos, o contributo português.

Não existem hoje razões, para a desconsideração mútua daquilo a que poderemos chamar as “histórias regionais” de Portugal e do Brasil, e menos ainda da situação de cada um dos territórios, no âmbito de todos os domínios da Coroa Portuguesa.

Julgamos ter provado, noutros estudos, desde logo na nossa comunicação ao anterior Colóquio Luso-Brasileiro, realizado, há dois anos, no Rio de Janeiro, que as grandes obras públicas brasileiras, nomeadamente, de defesa e urbanização, eram decididas, quando não mesmo decididas e projectadas, em Lisboa. A mesma conclusão decorre da leitura dos estudos que dedicámos à administração das empreitadas oficiais, no Estado Português da Índia, e também em Marrocos, nas Ilhas Atlânticas e nos territórios da África Subsariana. E não se trata apenas de fortificações ou edifícios públicos de carácter civil, mas também de construções de carácter religioso.

Um passo importante para a centralização da administração dos territórios de além-mar foi a criação do Conselho Ultramarino, por decreto de 14 de Julho de 1643, de D. João IV. Era, inicialmente, composto por três conselheiros e tinha, sensivelmente, as mesmas funções do extinto e fugaz Conselho da Índia, instituído por D. Filipe II, em 1604. Foram-lhe atribuídas as matérias e negócios de qualquer qualidade tocantes às possessões de além-mar, nomeadamente, as que diziam respeito a construção, aumento, restauro, manutenção ou reforma das fortalezas e outras obras públicas.

Ao Conselho Ultramarino tinham que ir todas as cartas e despachos enviados ao rei, desses territórios. As suas atribuições eram enormes, e a Corte conseguiu, assim, controlar mais eficazmente todos os territórios de além-mar. É evidente que foram a Índia e o Brasil que mais tempo tomaram aos ilustres conselheiros, recrutados entre a nobreza e alto funcionalismo áulico. Com o passar do tempo, este órgão conheceu algumas alterações no seu funcionamento e, em 1763, Sebastião José de Carvalho e Melo, o todo poderoso primeiro-ministro de D. José I, criou outro mais especializado, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Os assuntos religiosos, mesmo os que tinham apenas por objecto obras em igrejas e outras instalações do clero regular ou secular, passavam pela Mesa da Consciência e Ordens, instituição criada por D. João III, em 1532, com vocação essencialmente jurídica, mas cujo âmbito se foi alargando, paulatinamente, e estendida a todo o Império Ultramarino.

Tendo em atenção que o domínio português em territórios de além-mar foi diferente de região para região, e até na mesma área geográfica, não podemos tomar qualquer caso como paradigmático, para aquilo que podemos, para facilitar, chamar "império". As ilhas atlânticas dos Açores, Madeira, Cabo Verde, São Tomé, Fernando Pó e ano Bom, entre outras, eram desabitadas. Tudo o que aí se fez foi de raiz, à maneira do Reino. É certo que houve particularismos, ditados pelos materiais existentes e pelo clima, no que toca à Arquitectura, por exemplo, ou à exposição a forças inimigas, no campo da Fortificação, mas, na essência o sistema foi o mesmo. Não se passou de forma muito diferente com o Brasil, pelo menos nos primeiros tempos, pois o estágio evolutivo dos nativos não permitiu aproveitar muito dos seus modos, do seu saber fazer. No polo oposto, está a actividade portuguesa no Japão, onde não erguemos uma única construção à maneira da Europa, e até os hábitos alimentares, o traje, alfaías de culto e objectos sofisticados do quotidiano adoptámos, nascendo desse modo uma nova Arte, comumente designada como *Nan-ban*. Na China, no Sião, na Índia Central e Meridional, no Ceilão e no Império Mogol, por exemplo, construímos igrejas de matriz europeia, com planta e prospectos "à romana", mas já a decoração demonstrava a adopção de modos locais, criando-se um mes-ticismo riquíssimo. É essa riqueza que ainda hoje nos maravilha nas igrejas portuguesas da Índia, nas fachadas de Diu, nos retábulos de Damão e de Goa, nos cruzeiros do Guzarate e da Kerala.

A Expansão Portuguesa, política, económica e socialmente foi maleável, pragmática, adaptando-se os nossos às gentes com quem contactavam, aos seus modos.. É claro que a mentalidade do Homem de Quinhentos não era a mesma da do Homem de hoje, e havia questões, como os dogmas da Fé, que tinham limites muito estreitos; mas isso não era exclusivo nosso. Mas mesmo aqui houve tentativas de aproximação, de que a “Questão dos ritos sínicos” é a prova mais eloquente.

Percorrendo a documentação dos séculos XV, XVI e dos dois séculos seguintes, perceberemos claramente que o Homem Europeu acreditava na superioridade da sua Civilização, da sua Cultura, da sua Sabedoria e da Sua Fé, relativamente a todos os outros. Mas não acontecia isso com todos os povos. Não nos consideravam os japoneses os *nanbam-ji*, os bárbaros do Sul? Não se negava o Imperador da China a receber os nossos embaixadores, porque eramos seres inferiores além de que todos os reis do Mundo lhe deviam obediência? Não nos desprezavam as castas superiores da Índia, porque os grandes não se metem em barcos, para viajar?. Não nos cuspiam na cara um líquido pegajoso branco os nobres de certas tribus da África Central, para nos purificar, antes de lhe dirigirmos a palavra? Não se julgavam todos os muçulmanos no direito de nos escravizar, por não acreditarmos no Corão, e sermos infiéis e, por isso, seres inferiores, apenas coisas sem direitos?

Não se estranhe pois que, onde as sociedades estavam em estádios evolutivos que não lhes permitiam opor-se, pela força ou pela diplomacia, os portugueses tentassem construir “Novas Lusitânias”, como os fenícios, os gregos e os romanos fizeram as suas colónias, na banheira mediterrânea, à imagem e semelhança das cidades de partida. Levantar casas ou igrejas, fortalezas ou edifícios administrativos e equipamentos, ao nosso modo, “à nossa usança”, para usar as palavras de Afonso de Albuquerque, era um verdadeiro imperativo ideológico. Assim o fizeram também espanhóis, franceses, britânicos, holandeses, nos séculos XVII, XVIII e XIX, e até brasileiros, já na segunda metade do século XX, ao criarem Brasília, no meio da Amazónia.

Tudo isto, para chegarmos ao ponto de concluir que as criações artísticas, nos territórios ocupados pela Corte de Portugal, durante o largo período a que podemos chamar da Expansão e da Colonização, tiveram, predominantemente, uma matriz europeia. Imitava-se o Reino, no que ele tinha de original, que era pouco, e no que era adoptado e adaptado da produção dos grandes centros difusores da Estética e das Técnicas Artísticas, sobretudo de Itália; e em todas as disciplinas, da Urbanização à Ourivesaria. Quando era possível, recorria-se à exportação de obras feitas em Portugal, que tanto podiam ser simplesmente os portais da igreja do Carmo do Rio de Janeiro, os azulejos de São Francisco de Olinda, o chão da igreja franciscana de São Francisco do Conde, ou uma igreja inteira, como a baiana Conceição da Praia.

Vimos atrás, que a Corte de Lisboa planeava cada acção, e coordenava, através dos seus técnicos, o que se preparava, no Brasil e nos outros territórios. Foi dada, obviamente, particular importância às obras de Fortificação e de Urbanização, de que temos abundante documentação que comprova o rigor com que tudo era feito. As posturas e os regimentos eram seguidos pontualmente; pelos agentes da Coroa. Mesmo no campo da Arte Religiosa, este dirigismo era uma constante e, mais e mais, vamos encontrando provas documentais disso, algumas surpreendentes. Ainda há apenas algumas semanas, deparámos com dois projectos para o Arcebispado da Bahia, para “Sertão de Baixo”, das igrejas de Nossa Senhora do Socorro e Nossa Senhora do Rosário, que, pela dimensão, julgávamos locais, mas, efectivamente elaborados, em Lisboa, pelo engenheiro Rodrigo Franco. Mas, do Brasil

também eram enviados projectos, para construções noutros territórios, desde logo da África Ocidental, mas também para o Reino, como foi o caso do da capela de Santo Ovídio de Caldelas, estudado por Manuel Joaquim Moreira da Rocha.

Do Brasil, partiam engenheiros e arquitectos para outros lugares do Império, como aconteceu com o famosíssimo fortificador José António Caldas, que esteve na Ilha do Príncipe e na Costa Africana, nomeadamente, em São João Baptista de Ajudá, cujo projecto foi executado por outro brasileiro, José Torres; Florêncio Manuel de Bastos, engenheiro no Grão-Pará que, em 1774, foi trabalhar, para Angola; Francesco Tossi Colombina, activo antes na Madeira e na Índia, e que esteve no sul do Brasil, nomeadamente, em 1756; João Coutinho, já activo em 1649, com obra em Pernambuco e Mazagão, foi depois para Cabo Verde, em 1696.

É verdade que há muito que se comprovou documentalmente a presença maciça de artistas lusos em terras brasileiras. Nos últimos anos, muito especialmente, têm-se multiplicado os estudos que seguem os percursos desses homens, desde o ricão natal, e também as oficinas que criaram, nas mais diversas capitanias, muitas delas com características peculiares que as permitem individualizar, pois de algum modo libertaram-se da matriz inicial, portuense ou bracarense. A ligação ao Reino é óbvia, mesmo quando deparamos com arquitectos ou tracistas de altares, que nasceram na Itália; como António Landi, com um legado imenso em Belém do Pará, a catedral, São João Baptista, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, todas do período pombalino; na França, em Le Havre, como o jesuíta que aportuguesou o nome para João de Almeida, que, por 1661, traçou o projecto da igreja de nossa Senhora da Luz, no Maranhão, por incumbência do nosso padre António Vieira; no Luxemburgo, o caso do padre Betenndorf, que desenhou a igreja jesuítica de São Luís do Maranhão, cuja primeira pedra foi lançada em 1690. Todos estavam ligados à Corte, pelo menos através do Padroado Português e das províncias de além-mar das diferentes ordens, também nele integradas.

A mobilidade dos artistas, que não só arquitectos e engenheiros, foi grande, a par da intervenção, através do envio de projectos, para todo o espaço ultramarino. A generalidade dos construtores, entalhadores e ourives que demandaram o Brasil fixaram-se definitivamente, mas uma percentagem não despidiendia rumou a outras paragens, para o Sul, para o Rio da Prata, ou para Oeste, para os vice-reinos da América Espanhola, como Maria José Goulão tão claramente provou, em trabalho longo e recentíssimo. Alguns passaram à Costa Africana, com permanências mais ou menos longas, como vimos acima.

No entanto, para que as formas viagem não é necessário que os artistas se desloquem. O papel dos encomendantes é também relevante, quando não mesmo o fundamental, para o estabelecimento dos programas, da planta complexa de um edifício, sé catedral, mosteiro, convento, colégio ou simples igreja paroquial, casa da Câmara ou palácio, etc. Os nobres que serviam na Índia, por vezes como governadores ou mesmo vice-reis, passavam pelo Brasil, sendo a inversa igualmente válida. Muitos dos missionários, e sobretudo os que detinham cargos superiores nas congregações, como os visitadores, andavam de território em território. Esta mobilidade faziam com que as modas fossem levadas de um lado para o outro, quando não elementos iconográficos, como gravuras ou tratados, que depois eram usados a grande distância. Que curioso foi o encontro do italiano João Baptista Cairato, em Goa, com Alessandro Valignano, conseguindo o jesuíta planos de edificios do engenheiro seu compatriota, levados da Europa, que depois lhe permitiram traçar a Casa Professa do Bom Jesus. E que outra maneira temos para explicar a mesma iconografia no

tecto de São Francisco da Penitência de Ouro Preto, e das sobre-portas do dormitório do Seminário de Rachol, se não a dispersão das mesmas séries de gravuras, neste caso abertas na oficina dos irmãos Klauber, em Augsburg.

As ordens religiosas, fortemente centralizadas, procuravam impor modelos, sobretudo nas casas mais importantes. Nesta política os jesuítas foram modelares, como modelar, para o Brasil, é o estudo de Anna Maria Monteiro de Carvalho. Embora não houvesse um modelo único, havia partidos, seguidos com frequência, quer na Madeira, quer nos Açores, em Cabo Verde, em Angola, na Índia, em Malaca, em Macau e, naturalmente, no Brasil. Eugénio Ávila Lins deu-nos igualmente uma erudita lição sobre o que se passava, no mesmo campo, com os beneditinos.

Mas, já que aludimos aos contactos com o Oriente, cumpre dizer que eles também existiram, para além das formas arquitectónicas, religiosas e militares. Temos bem documentada, não só as enormes importações de imaginária de marfim, de charões, de porcelanas das dinastias Ming e Qing, mas também a deslocação de centenas e centenas de operários, sobretudo marceneiros e oleiros, originários de Macau e das províncias vizinhas, para trabalhar na decoração das grandes obras realizadas, no Rio de Janeiro, logo a partir de 1808, quando chegou D. Maria I e o Príncipe Regente.

Este comércio de obras de arte era facilitado pela própria situação do Brasil, escala frequente para o tráfico entre Goa e Macau e Lisboa, com paragens razoavelmente longas, que permitiam o contacto dos viajantes e, naturalmente, o comércio de algumas obras ou a sua encomenda específica, tendo, obviamente, que se esperar alguns anos pelo seu cumprimento.

* * *

Vai longa esta nossa dissertação. Devemos terminar, concluindo que temos hoje lançadas as bases, para um entendimento da Arte do Brasil e da Arte de Portugal, no seu verdadeiro contexto, o do Império Ultramarino Português. É certo que, em relação à Índia, logo no século XVI, se instituiu o vice-reino, e ao Brasil, tempo depois, mas Lisboa foi sempre, efectivamente, de onde partiam as directivas das grandes obras; arte oficial foi claramente de matriz reinol.

Longe, houve espaço para particularismos, idiossincrasias, correntes com alguma autonomia e até com incorporação de elementos de outras estéticas, locais, maioritariamente, mas também importadas de lugares terceiros da colonização, como são, no Brasil, por exemplo, os grandes cruzeiros das casas franciscanas, à maneira indiana; os “leões de Fó” dos terreiros de São Francisco de João Pessoa e do Recife, obras estudadas com tanto mérito por Paulo Ormindo de Azevedo; e a fachada “mexicana” da capela da Ordem Terceira de São Francisco da Bahia. Isto só se justifica pela mobilidade dos encomendantes, e eles são fundamentais, para o entendimento de todo o processo criativo. Julgamos que o seu papel ainda não foi devidamente considerado, no contexto da produção artística, quer no Reino, quer nos Domínios Ultramarinos. Mais do que aquilo que se tem dito e escrito, impunham-se de forma leonina aos artistas.

A cooperação entre historiadores da Arte dos dois países é fundamental, como estes encontros têm vindo a provar, para terminar, de vez, com preconceitos e fantasias, embora algumas ainda se vão lendo, infelizmente, na literatura publicada, de um e outro lado do Atlântico. Sabemos que a circulação dos livros é difícil, dentro de Portugal e, mais ainda, do Brasil, onde as barreiras entre Estados parecem intransponíveis.

Na verdade, sabemos ainda relativamente pouco do que se faz lá, e sabe-se, lá, também pouco daquilo que, aqui, vamos fazendo. Por outro lado, a própria questão demográfica é um obstáculo dificilmente ultrapassável, já que os universitários e outros especialistas portugueses têm dificuldade em dar resposta a tantas solicitações dos colegas brasileiros, cujo número é dezenas de vezes superior ao nosso. Interessa-nos fomentar as parcerias universitárias, trocando experiências, mas sobretudo criando esquemas que possibilitem a mobilidade sistemática de docentes e de alunos de pós-graduação. É certo que já começam a ser preparadas e até defendidas dissertações de doutoramento, em universidades portuguesas, com qualidade indiscutível, que existem sistemas de co-orientação, muito desejáveis, mas são situações pontuais que urge sistematizar e enquadrar no âmbito do relacionamento institucional entre os dois países.

* * *

Este VII Colóquio Luso-Brasileiro, que agora iniciamos, será sem qualquer dúvida, mais um passo para a formação de uma verdadeira comunidade científica lusófona de historiadores da Arte, e para uma maior abertura do leque das temáticas a versar, fugindo a temas recorrentemente já tratados até à exaustão, nem sempre com intuítos meramente científicos, temos, para isso, que ultrapassar constrangimentos, desde logo burocráticos e financeiros, com a criação de instrumentos de aproximação mais eficazes e mais baratos, nomeadamente, através da institucionalização de uma associação, e de um sítio na internet, que possa ser uma verdadeira mesa de café, em que nos encontremos, ao fim da tarde, simplesmente para cavaquear, ou para tratar de assuntos mais sérios.

Saúdo todos os participantes, particularmente aqueles que nos acompanham desde o primeiro destes encontros, e agradeço penhoradamente à Universidade do Porto, aos colegas do Departamento de Ciências e Técnicas do Património o convite, para iniciar os trabalhos, honra que não recusei, pelo imenso prazer que isso me garantia, de ver tantos e tão bons amigos.